

# Apresentação

*Introduction*

**Carolline da Silva Soares**

**O**s Estudos Clássicos têm conquistado um espaço cada vez maior no Brasil, apesar dos principais centros de pesquisa em Antiguidade ainda estarem localizados na Europa e nos Estados Unidos. Tal conquista é comprovada pela multiplicação de dissertações e teses nos campos de História Antiga e Letras Clássicas, em razão da atuação dos programas de pós-graduação do país. Além disso, é expressivo o aumento do número de congressos, simpósios e encontros da área realizados periodicamente. É grande também a diversidade de interpretações históricas acerca dos aspectos culturais, econômicos e políticos de Grécia e Roma, interpretações estas muitas vezes propiciadas pelas novas traduções de fontes escritas para o português e também pela exploração de novos tipos de fontes, como a arqueológica, a epigráfica, a numismática, entre outras. Isso disponibiliza aos estudantes e ao público em geral um material diversificado e amplo para o estudo da Antiguidade Clássica. A isso, soma-se o aumento na publicação de livros de especialistas brasileiros, ampliando-se a possibilidade de se ter em mãos um material de boa qualidade em língua portuguesa.

As pesquisas acerca das relações entre o cristianismo e o judaísmo no Império Romano também receberam novas contribuições historiográficas, desencadeadas pela renovação nos estudos de Antiguidade. Percebemos que a Segunda Guerra Mundial e suas consequências – o Holocausto e o aumento do antissemitismo – foram responsáveis pelo incremento dos estudos acerca das relações entre o judaísmo e o cristianismo, tanto na Antiguidade quanto no mundo contemporâneo.

Para o estudioso da área, a interpretação acerca dos processos históricos antigos é direcionada a partir das suas experiências atuais. Com o intuito de refletir sobre o passado, nós, historiadores, devemos considerar que o vemos sob a influência de nosso

próprio momento histórico, valores pessoais e intenções políticas. A questão das *fronteiras* entre judeus e cristãos têm ocupado os historiadores nos últimos tempos, pois ela faz parte do momento presente, marcado por um processo de globalização e pela emergência do multiculturalismo.

O termo "fronteira" deriva do léxico medieval *fronteria* (ou *frontaria*, numa possível variante), significando, originalmente, a porção de um território situado *in fronte*, ou seja, nas margens. A noção de fronteira empregada atualmente nas Ciências Humanas, no entanto, diferencia-se dessa concepção estritamente geográfica. Historiadores, antropólogos e cientistas sociais compreendem o conceito de fronteira como um espaço no qual é possível a mobilidade e a interação entre práticas culturais diversas. Por essa razão, é cada vez mais comum a existência de vários programas de pesquisa voltados à investigação dos parâmetros que definem as fronteiras religiosas, linguísticas, étnicas e, naturalmente, das fronteiras geográficas entre povos e sociedades.

No Império Romano, o judaísmo e o cristianismo eram sistemas religiosos ao mesmo tempo em diálogo e em concorrência. Diante da interação entre os dois credos ressaltamos que os grupos religiosos em interação no Império não adotaram todo o tempo um comportamento francamente hostil. Ao contrário, as crenças instituídas em oposição umas às outras, como o cristianismo perante o paganismo e o judaísmo, jamais se mostraram refratárias a influências recíprocas, razão pela qual mesmo uma análise preliminar dos rituais, símbolos e princípios religiosos de matiz pagão, judeu ou cristão não deixa de revelar pontos de interseção e de contato. É importante salientar que o judaísmo e o cristianismo, o paganismo grego nunca existiram como formas culturais autônomas, independentes, fora das simplificações manualísticas ou das identificações ideológicas posteriores. Na verdade, o correto é se trabalhar com a noção de "judaísmos" e "cristianismos", uma vez que havia várias comunidades judaicas e/ou cristãs e politeístas disseminadas pela bacia do Mediterrâneo, proporcionando, em níveis locais, especificidades no ver, no sentir, no praticar essas experiências religiosas no interior dessas mesmas comunidades.

As fronteiras são o resultado de uma ação sobre um espaço mais ou menos indiviso, de maneira que, diante de um conjunto de práticas culturais forjadas no dia a dia, práticas estas marcadas pela fluidez, pela mobilidade e pelo hibridismo, viria se sobrepor um discurso de poder que tentaria discipliná-las. Por esse motivo, as fronteiras

seriam, em última análise, convenções arbitrárias manejadas por agentes de autoridade que, imbuídos da tarefa de agrupar o igual, o “próprio”, em oposição ao diferente, se converteriam nas sentinelas do *front*, isto é, em inspetores de costumes e comportamentos chamados continuamente a intervir para resguardar a “pureza”, a “limpidez” e a “integridade” das formas simbólicas responsáveis por sustentar a existência do “nós”.

Isso nos conduz a imaginar a relação entre os sistemas religiosos no Império Romano como um jogo altamente complexo, no decorrer do qual os adeptos de credos distintos, mesmo quando assumem uma posição agressiva contra princípios que julgam em desacordo com a crença que professam, não deixam de reter, algumas vezes de modo involuntário, em outras nem tanto, atitudes e valores outrora passíveis de crítica. O que desejamos salientar é que, mesmo as religiões mais ciosas de seu estatuto de pureza, não se encontram, em absoluto, ao abrigo de hibridismos e sincretismos de todo tipo na medida em que os seus adeptos se movem num meio marcado amiúde pelo pluralismo, o que os leva a assumir um papel de intermediários de trocas culturais. Isso nos conduz a supor que o conceito de fronteira possa ser particularmente útil quando se trata de discernir o teor dos contatos mantidos entre os distintos sistemas religiosos no Império.

Na medida em que o cristianismo resulta de uma cisão interna do judaísmo, o problema das relações entre judeus e cristãos remonta às primeiras comunidades formadas sob a inspiração dos seguidores imediatos de Jesus, tornando-se com o tempo um agudo problema para as autoridades eclesiásticas, ciosas de impedir o contato dos seus fiéis com os judeus, tidos como uma fonte permanente de “contágio” e de “poluição” em virtude da sua condição de “deicidas” e de povo abandonado por Iavé. Não obstante esse esforço sistemático de separação executado por bispos, presbíteros e diáconos, mediante o exame das fontes disponíveis para o estudo das relações entre o judaísmo e o cristianismo no Império Romano é possível constatar uma aproximação entre cristãos e judeus que se estabelece no cotidiano, sobretudo nas regiões externas à Palestina, no território da Diáspora, onde os contatos entre ambos os grupos foi contínuo. Tal constatação nos obriga a reavaliar a trajetória do próprio judaísmo ao longo do período imperial à luz de uma conexão estreita com o cristianismo. Muito embora a historiografia tradicional tenda a estabelecer uma data precisa para a “separação” entre ambos os sistemas religiosos, data esta ora situada

após a destruição do Templo de Jerusalém, em 70, ora após a derrota de Bar Kochba, em 135, ou mesmo alhures, estudos mais recentes, no entanto, tem demonstrado que tal separação não se efetivou antes do século IV, uma vez que é clara a existência, no decorrer de toda a fase imperial, de grupos que se situavam na fronteira entre o judaísmo e o cristianismo e que eram genericamente qualificados como judaico-cristãos ou judaizantes.

Assim, este volume inaugural de *Romanitas* contém um conjunto de textos voltados para a reflexão de como, no Império Romano, cristãos, judeus e pagãos interagiram uns com os outros. Nesse sentido, os artigos desse dossiê, intitulado *Fronteiras entre o judaísmo e o cristianismo no Império Romano*, possuem o intuito de contribuir com a discussão acerca da interrelação entre esses dois sistemas religiosos. Contamos, ademais, com a entrevista de um dos mais destacados pesquisadores do assunto, o historiador André Leonardo Chevitarese, especialista no estudo do Paleocristianismo e do Jesus Histórico.